

ARTIGO



Aristóteles Drummond*

Está sendo lançada nova edição das memórias do advogado Heleno Fragoso, que por um quarto de século, marcou presença relevante na defesa dos direitos humanos, na fase em que o Estado brasileiro e a sociedade tiveram de reagir a atos de violência política de forma exagerada e até cruel em muitos casos. Heleno Fragoso não os desamparou.

Não os distinguiu dos que enfrentaram o arbítrio sem apelar a violência como a notável Niomar Moniz Sodré, o intelectual Caio Prado Júnior e o editor Ênio Silveira, mas a

ARTIGO



Augusto Rocha*

É fundamental a construção de muitos centros de dados com armazenamento no país. A soberania precisa ser retomada para o armazenamento de dados. Não possuímos grandes empresas nacionais ou mesmo capacidades governamentais para armazenar todos os dados estratégicos e sensíveis aos negócios brasileiros, com armazenamento físico do conteúdo por aqui.

As mudanças de redes globais e de alinhamentos e desalinhamentos entre países está demonstrando o quanto é estratégico para o Brasil montar seus centros de armazenamento, nem que seja para oportunizar tal produto e solução ao país. Os termos de consentimento que hoje fazemos nas grandes nuvens das big-techs indicam o quanto podemos ficar vulneráveis, pois eles podem simplesmente ser modificados e teremos dificuldade de sair delas, quanto maior for a dependência.

ARTIGO



Carlos Silva*

“O cliente sempre tem razão!” Esta frase foi muito utilizada no mercado ao longo de muitos e muitos anos. E era certeza absoluta mesmo! No entanto, hoje em dia, isto não corresponde à verdade. A impressão que se apresenta é que os vendedores estão nos fazendo um favor em nos atender. Existe uma enorme má vontade das empresas com os

ARTIGO



Thomaz Meirelles*

A aprovação, pela Aleam (Assembleia Legislativa do Amazonas), do Projeto de Lei nº 576/2026, que institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo e cria o CECOOP/AM (Conselho Estadual do Cooperativismo do Amazonas), representa importante conquista para o cooperativismo amazonense. A proposta, oriunda da Mensagem Governamental nº 80/2026, foi aprovada na terça-feira (22) e segue

A grandeza no Direito

todos, muitos sem cobrar honorários defendeu. Escravo do Direito, Heleno Fragoso legou a seus alunos e ao mundo jurídico nacional estes princípios.

Titular de importante e próspera banca, quando se tratava dos direitos de militantes de baixa renda, nunca cobrou honorários. Ao lado do culto à liberdade e aos direitos humanos, da democracia. Heleno teve centenas de alunos, que formou com amor e idealismo. Uma geração notável que incluem Nilo Batista, Evaristo de Moraes Filho, Alexandre Lavigne, Evandro Lins e Silva e

Técio Lins entre outros.

Quando vítima de lamentável violência no exercício da cátedra, obtida por concurso público, para não deixar de conviver com os alunos, foi ensinar na Faculdade Cândido Mendes.

Na redemocratização, voltou a ser catedrático por concurso. O Brasil viveu uma época rica de notáveis do Direito, inclusive na defesa do regime —nunca da tortura—, como os grandes mestres da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da USP - Gama e Silva, Miguel Reale, Alfredo Buzaid, Vicente Rao,- Carlos

*é Jornalista e Grande Benemérito da Assoc. Comercial do RJ – aristotelesdrummond@mls.com.br

Nuvens estrangeiras, soberania em risco

Além disso, hoje há uma batalha pelo fundo dos oceanos e um emaranhado de cabos numa luta pela supremacia na transmissão de dados, como ressaltam livros de Katja Bego (“Deep Connections: the Hidden battle to control subsea cables” ou “Conexões Profundas: a batalha oculta para controlar os cabos submarinos”) e de Elisabeth Braw (“The Undersea War: the international battle for the supremacy at the bottom of the world” ou “A Guerra Submarina: a batalha internacional pela supremacia no fundo do mundo”), que serão lançados no último trimestre do ano e foram resenhados pelo Financial Times do dia 26/9/2026.

Na Amazônia, por exemplo, os cabos são passados sob o leito dos rios, tendo sido, inclusive, fonte de problemas na navegação em 2024, quando um destes cabos foi “achado ao acaso”, atrapalhando operações de dragagem. Estes ativos de armazenagem e de comunica-

ção são estratégicos e o seu controle precisa ser nacional, para a própria segurança de nossas informações. Desde o episódio de 2014, quando o WikiLeaks revelou que a NSA (agência de segurança dos EUA) monitorou dez telefones ligados à Presidente Dilma e outros membros do primeiro escalão do governo, esta postura frente às nuvens de dados já deveria ter sido modificada. Estranhamente ainda não foi.

Também abandonamos parcialmente o incentivo às políticas de uso de software livre como prática de Governo, como no caso da Portaria nº 46, de 28/9/2016. De lá para cá, estas políticas têm sido lentamente colocadas de lado, um pouco pela redução dos custos relativos, com as assinaturas, das big-techs, um pouco pela falta de atenção em relação ao assunto. Precisamos reconsiderar esta postura nos vários ambientes que lidam com informações sensíveis, como: órgãos mili-

Medeiros da Silva e Leitão de Abreu, entre outros.

Destes anos ficaram os alertas para aqueles que fogem da lei, mesmo que com boas intenções, como policiais e magistrados.

A democracia impõe responsabilidade e respeito a legados como o do admirável Heleno Fragoso, com quem nem sempre se precisou concordar, mas a quem sempre se deve respeitar pelo legado.

Feliz iniciativa da família a reedição ampliada pois estes exemplos devem ser sempre lembrados.

tares, órgãos de governo em todos os níveis, empresas estratégicas de defesa, empresas financeiras nacionais, mercado de capitais etc.

A soberania do presente e do futuro não será somente sobre o território físico, ela se estenderá pela dinâmica dos dados, das plataformas digitais e pelas relações de trabalho. O que as plataformas de aplicativos fazem com as condições do trabalho também possuem grande relevância, pois restaurantes, serviços de transporte, serviços profissionais, transações comerciais e tantos outros ambientes de relações pessoais e comerciais que são transacionadas com custos apropriados por outros países em seu controle. Está na hora desta pauta entrar nos debates, para que tenhamos uma discussão de autonomia, ao invés de encontrar jeitos de entregar e transferir riquezas para o exterior a troco de nada ou quase nada.

*é professor da Ufam

ARTIGO



Flávio Guimarães*

A armadilha do egocentrismo e a mudança da governança: por que leis e processos precisam renovar nossas organizações?

Vivemos um tempo em que rever conceitos não é apenas saudável —é imperativo de sobrevivência institucional. Do setor público à iniciativa privada, tornou-se fácil formular teorias e narrativas convincentes; o verdadeiro gargalo, contudo, reside na distorção causada pelo egocentrismo nas tomadas de decisão. Na política, discursos inflamados prometem o bem comum enquanto buscam o poder. No ambiente corporativo, a justificativa da busca por “rentabilidade” frequentemente mascarou falhas graves de governança, éticas e de compliance.

O resultado dessa dinâmica é uma perigosa inversão de valores. Do ponto de vista jurídico, assistimos reiteradamente à instrumentalização das normas: leis pensadas para garantir a equidade e a justiça acabam sendo manobradas por interpretações individualistas. Dispositivos ultrapassados servem de escudo moral para condutas questionáveis, enquanto acusações infundadas e guerras de narrativa deterioram o ambiente interno das instituições e ferem a reputação de profissionais íntegros. Há, portanto, uma brecha crônica na conformidade das ações —uma verdadeira ilusão organizacional.

Sob a ótica da administração e da gestão estratégica, a ausência de transparência paralisa a inovação e gera um sentimento de impotência. Quando a verdade deixa de ser o pilar operacional, o moral das equipes desmorona e os objetivos estratégicos perdem tração. Entretanto, crises e cenários de instabilidade oferecem a janela ideal para

*é mestre pela UFPA, diretor de educação da ABRH e coordenador dos cursos tecnológicos e da pós-graduação da Faculdade Estácio do Amazonas

no mercado e corre riscos. Faz parte do jogo. Por outro lado, vocês deveriam ser treinados para entender a diferença entre custo, preço e valor. Custo é o que o empresário paga para dispor o produto na gôndola. O preço é o que ele me oferece para comprar. E o valor, sou eu que dou ao produto e ao preço, quando decido comprar”. Claro que nem todos os vendedores se sensibilizam, e nem todos os empresários. Mas, contra esses, eu meu utilizo de duas opções: ou não compro ou busco a concorrência. E pronto! Mas, infelizmente, esse não é o pior problema que

os consumidores enfrentam por aí. Existem vários mesmo. Mas, contra muitos, nós já adquirimos vacinas e defesas. No entanto, de uns anos para cá, escuto muito o argumento de que o produto será entregue em 10 dias úteis. Até no escritório, escuto isso, quando um colaborador recebe a demanda de um gestor, para a produção de um relatório, e o colaborador diz que entrega em 2 dias úteis. Tenho dificuldade em definir o que é um dia útil. É sério. Afinal de contas, não se produz nada de útil em feriado e final de semana? Ou é só para fazer festa e farra? O PIX

*é professor e coronel do Exército, na reserva, serviu mais de 15 anos na Amazônia

Dias úteis!

clientes e com os consumidores. Sabe qual a diferença? Quando eu compro fralda descartável para a neta, eu pago e sou o cliente. Mas a consumidora é a minha neta. Muitos não levam isso a sério. Existe a máxima que diz: “Perca a venda mas não perca o cliente!”. Mas, ocorre o pior. Se perde os dois! Muitos empresários treinam seus colaboradores

para nos negar descontos, com o argumento de “sabe quanto nos custa este item?”. Cada vez que escuto esta asnice mercadológica, eu apresento, de graça, uma pequena aula: “Jovem, os problemas da empresa não são da minha conta, não me interessam e não me dizem respeito. Quem não tem competência, não se estabelece. E, o empresário está

Aprovado pelos deputados, agora só falta a sanção do Roberto Cidade

agora para sanção do governador Roberto Cidade que, como homem do interior, ciente da necessidade de movimentar a economia, dará o aval final. Essa conquista também demonstra a importância da atuação da OCB-AM (Organização das Cooperativas Brasileiras no Amazonas), sob o comando do presidente Petrucio Magalhães, na defesa de novas políticas públicas capazes de fortalecer e ampliar o cooperativismo no

Estado. Como presidente da Aleam e da Frencoop-AM (Frente Parlamentar de Apoio ao Cooperativismo), o deputado Adjuto Afonso também tem tido papel importante nessa agenda, destacando a contribuição das cooperativas para a geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico no Amazonas. E os números mostram a dimensão desse segmento. Segundo o Anuário Brasileiro do Cooperativismo 2025, do Sistema

OCB, o Amazonas possui 94 cooperativas registradas e ativas, 15.572 cooperados e 570 empregos diretos. O CECOOP/AM terá 22 membros titulares e respectivos suplentes, sendo 11 representantes do Poder Público Estadual e 11 do segmento cooperativista. Entre suas atribuições estará acompanhar a formulação, execução e avaliação da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, inclusive a aplicação de recursos públicos des-

tinados às cooperativas. É um avanço. Mas não podemos parar aqui. Agora, defendemos dois próximos passos fundamentais. O primeiro é a criação de uma Secretaria Executiva do Cooperativismo, vinculada à Sedecti (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação), com estrutura e capacidade para executar, acompanhar e dar encaminhamento às deliberações do CECOOP/AM, transformando as decisões do Conselho em ações concretas. O segundo é a criação do FAC (Fundo de Apoio ao Cooperativismo), garantindo uma fonte permanente de recursos para fomentar, fortalecer e ampliar as cooperativas amazonenses. O coo-

perativismo precisa ganhar estrutura, orçamento, assistência técnica, crédito, capacitação e mercado. A aprovação do CECOOP/AM é uma grande conquista. A OCB/AM, sob a liderança de Petrucio Magalhães, mostra mais uma vez que a defesa do cooperativismo precisa estar acompanhada da construção de políticas públicas permanentes. Agora é hora de dar o próximo passo: Secretaria Executiva do Cooperativismo ligada à Sedecti e um Fundo de Apoio ao Cooperativismo. É assim que transformamos uma conquista institucional em resultados concretos para as cooperativas e para os milhares de amazonenses que fazem parte desse movimento.

*é servidor público federal, administrador, especialização na gestão da informação ao agronegócio – thomaz.meirelles@hotmail.com